

# A PROMOÇÃO A INCLUSÃO DE ALUNOS NÃO ALFABÉTICOS NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Maria Elisa Pires de Carvalho<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo procura compreender, como promover a inclusão de alunos não alfabetizados no 5º ano do Ensino Fundamental, refletindo sobre os processos de alfabetização e letramento. Tem como objetivo, comparar as experiências educativas pelas dimensões da inclusão de alunos não alfabetizados no 5º ano do Ensino Fundamental. Para assegurar o acesso e a permanência dos educandos, as condições de aprendizagem e um ambiente que seja respeitador e democratizado. A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a bibliográfica e documental, procurando compreender os desafios que os professores enfrentam no dia a dia em sala de aula para promover a inclusão de alunos ainda não alfabetizados, que chegam ao 5º ano com defasagem no aprendizado. Recorrer ao uso de diversos métodos para a efetivação dessa aprendizagem, é necessário, e o educador precisa levar em consideração a heterogeneidade da sala e atender individualmente cada educando, pois como se sabe, cada criança tem um tempo próprio para assimilar o que está sendo ensinado, mas as salas de aulas são superlotadas, sendo assim a atenção individual se torna um desafio maior na atuação do docente durante esses processos citados. Todavia, pretende-se constatar que o processo de aprendizado de alunos que chegam ao 5º ano do Ensino Fundamental sem estarem alfabetizados e letrados não dependesó da atuação dos docentes, mas também de estratégias didáticas para auxiliar no processo de alfabetização e letramentos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Alfabetização e Letramento. Ensino-Aprendizagem. Ambiente - Socialização.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – UNISA, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da professora Me. Ieda Maria da Silva Pinto Barbosa. E-mail: mepc02@hotmail.com

\_\_\_\_\_Data de entrega: 04/12/2023

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da questão da Inclusão de alunos não alfabéticos no 5º Ano do Ensino Fundamental, embora essa inclusão implique o comprometimento de Políticas Públicas comunidade/escola em um ambiente que promova a didática com base na possibilidade da aprendizagem construída em coletivo na prática da integração e flexibilidade com a intenção de demonstrar um diálogo produtivo para os alunos.

É fundamental ressaltar essas discussões e abordar a forma como vem sendo assistida a problemática da educação Brasileira em escolas públicas, diante desse cenário sugere-se a necessidade de refletirmos, para que todos tenham igualdade e oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento educacional.

No entanto de acordo com as prioridades de cada sistema educacional e as necessidades da sociedade o processo da alfabetização já era pra ter acontecido, pois chegar ao 5º Ano de Ensino Fundamental sem estar letrado e alfabetizado pode ser motivo de preocupação e desafio para educadores, e para o sistema educacional, mas essa situação é vista como uma oportunidade de identificar a necessidade do aluno para fornecer o apoio necessário e oferecer intervenções apropriadas para a inclusão na sala de aula.

Um dos problemas comuns do Ensino e Aprendizagem, é a falta de engajamento e motivação dos estudantes. Isso pode ser causado por diversos fatores, como métodos de ensino desinteressante, falta de relevância do conteúdo para os alunos, ou até mesmo problemas pessoais que afetam o foco e o interesse, para que o aluno tenha uma aprendizagem significativa. Enfrentar esses problemas, requer abordagens pedagógicas inovadoras e atenção às necessidades individuais dos alunos.

Este problema afeta crianças em todo mundo, independentemente de sua localização geográfica. No entanto, a extensão do problema pode variar de acordo com o acesso à educação, recursos disponíveis e a política educacional de toda região. Regiões com sistemas educacionais menos desenvolvidas podem enfrentar desafios adicionais na inclusão de alunos não alfabéticos devido à falta de suporte adequado, é importante apontar que as comunidades, governo e organizações educacionais trabalhem juntos para abordar esse problema globalmente e garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua localização.

A inclusão de alunos não alfabetizados, quando feita de forma inadequada, pode resultar em vários desafios e prejuízos, tanto para os próprios alunos como para a prática pedagógica no ambiente escolar.

Comparar experiências pelas dimensões da inclusão de alunos não alfabéticos no 5º ano do Ensino Fundamental, para assegurar o acesso e a permanência de condições na aprendizagem em um ambiente que seja respeitado e socializado.

Despertar a vontade de aprendizagem não somente dos alunos, mas também, da comunidade. Apresentar sinteticamente propostas que incluam crianças não alfabetizadas no ensino fundamental. Discursar de forma breve como a criança não alfabetizada no 5º ano do ensino fundamental para que o mesmo se sinta acolhido permanentemente dentro e fora da instituição.

Os benefícios esperados com o desenvolvimento desta pesquisa servirão para a sociedade, de modo geral tendo em vista que o estudo, ao abordar as dificuldades apontadas por professores na inclusão de alunos não alfabetizados no 5º ano do ensino fundamental. Por outros lados também deve ser considerados os benefícios que esse estudo traz para a comunidade científica, pois reúne referências atualizadas sobre o assunto, pode também incentivar novos debates sobre a prática de inclusão de alunos não alfabetizados, espera-se que este estudo motive outros estudantes reflitam sobre o tema.

Essa pesquisa a ser desenvolvida também visa beneficiar os sujeitos da pesquisa, professores, dos anos iniciais, pois o estudo poderá trazer compreensão sobre desafios e estratégias a serem transformadas na prática pedagógica para promover a inclusão de alunos não alfabetizados no 5º ano do ensino fundamental.

A alfabetização e letramento são dois dos conceitos fundamentais para a educação inclusiva de alunos não alfabetizados no 5º ano do ensino fundamental. A alfabetização refere-se ao processo de aprendizagem das habilidades básicas de leitura e escrita, incluindo o reconhecimento e a compreensão de letras, sons e palavras.

Na inclusão, a alfabetização é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, tenham a oportunidade de adquirir as habilidades básicas de leitura e escrita.

O letramento vai além da alfabetização e envolve a capacidade de compreender, usar e interpretar textos escritos em contextos do mundo real. Para a inclusão desses alunos não alfabetizados, o letramento é crucial, pois permite que as pessoas apliquem suas habilidades de leitura e escrita em situações cotidianas, como trabalho, comunicação e participação na sociedade.

É importante destacar que as informações aqui disponibilizadas, foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e documental e elaborado a partir de material já elaborado principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na internet.

## **2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

O processo de alfabetização começa logo no início da vida, e não termina nunca, inicia-se antes de ser inseridos na educação formal, as crianças já têm um conhecimento prévio sobre as coisas que a cercam e então fazem uma leitura global do mundo, através de suas culturas já reconhecem símbolos, marcas, imagens entre outros.

Alfabetizar e letrar são duas distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torna, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 2009, p.47).

Mesmo fazendo uso da leitura do mundo, a criança ainda não tem domínio sobre o sistema de escrita e leitura. Por isso existem na educação formal a alfabetização e o letramento. Estes ocorrem no Ensino Fundamental I, do 1º ao 3º ano, e tem como objetivo principal levar os alunos a decodificarem os símbolos para escrever e

codificar o pensamento e a fala por meio da escrita, além de entenderem, reconhecerem e fazerem o uso dos diversos tipos de textos.

As crianças são facilmente alfabetizadas desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais). (FERREIRO, 1992, p.25).

As crianças que estão no processo da aprendizagem, no 5º Ano do Ensino Fundamental já eram para estar alfabetizados, porém isso não tem acontecido, pensando em como os alunos aprendem e em como o professor pode mediar encontra-se alguns problemas que dificultam esse processo. A relação entre o professor e o número de alunos, incide diretamente sobre a capacidade de aprendizagem gerando a dificuldades em seu desenvolvimento e conseqüentemente

na alfabetização, pois as salas de aulas são superlotadas sendo assim dificultam um pouco a atenção individual em que esses alunos necessitam, entretanto, tem sido um desafio atuar na aprendizagem dos alunos.

Tudo isso tornou o processo mais difícil do que deveria ser, produziu fracassos escolares desnecessários, estigmatizou uma grande parte da população e transformou a experiência de alfabetização em experiências literalmente traumáticas para muitas crianças. (FERREIRO, 1992, p.25)

Ressaltamos que as crianças no processo de alfabetização, necessitam de atendimento individualizado pois eles têm suas particularidades, e receios em relação a os colegas que já estão alfabetizados por esse motivo devemos ter compreensão para promover a inclusão sem que, prejudique ambas as partes de modo que não os distanciam e se respeitem no ambiente escolar.

E preciso enfatizar que o preconceito linguístico é um dos mecanismos de discriminação, no interior da escola, com maiores consequências para a criança. Primeiro, porque ao desprezar uma variante da lateral se está desprezando não somente a criança, mas também o grupo social a que ela pertence;(FERREIRO, p. 26, 1992).

É importante frisar que o aluno que chega ao 5º Ano do Ensino Fundamental, sem estar letrado e alfabetizado ele sofre em sala de aula o que chamamos de exclusão social, pois não está no período escolar no qual já deveria estar lendo e escrevendo sem muitas dificuldades, vários autores relatam em seus livros sobre essa problemática antiga que as escolas enfrentam.

Soares (2013) nos fala que: “Há cerca de quarenta anos que não mais de 50% das crianças brasileiras conseguem romper a barreira da 1ª série, ou seja, consegue aprender ler e escrever.” A autora traz os seguintes dados do Ministério da Educação:

De cada mil crianças que, no Brasil, ingressam na 1ª série no ano de 1963, apenas 449 passaram para a 2ª série, em 1964; em 1974- portanto, dez anos depois- de cada mil crianças que ingressaram na 1ª série, apenas 438 chegaram à 2ª série, em 1975. Quando dispusermos de dados semelhantes para a década de 1980, a situação não será diferente, segundo indicam estatísticas que as Secretarias Estaduais de educação vêm apresentando anualmente; [...] Pode-se dizer que, neste início de século XXI, o problema permanece; a

diferença que, hoje, os alunos não rompem a barreira do 1 ciclo, que substitui a primeira série como etapa de alfabetização, ou, no caso de sistema que optaram por progressão continuada, passam ao ciclo seguinte ainda não alfabetizados. (SOARES, 2013, p.13-14).

Pensando nos problemas apresentados, percebe-se que esse problema se refere desde a década de 60 do século XX. É importante salientar que passamos todos esses anos, e essas questões ainda parecem continuar iguais em pleno século XXI. Sendo necessário observamos e refletimos sobre esse assunto.

### **3. A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

É de extrema importância destacar que, para que haja realmente o acolhimento de um aluno na sala de aula é necessário a interação com os outros colegas, mais por conta do atraso na alfabetização e letramento eles não conseguem acompanhar o ritmo dos outros, no entanto para que o trabalho do pedagogo se efetive o mesmo deverá estar atento à realidade do aluno. Vygotsky (2010) ressalta a importância da interação entre os indivíduos, professor-aluno-aluno, nas situações de aprendizagem.

É chamada pelo teórico de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), o espaço entre aquilo que a criança consegue e pode realizar com a ajuda de outro indivíduo:

[...] a distância entre o nível do desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 2010, p.112).

O sucesso da alfabetização e letramento envolve aprendizagem colaborativa onde os professores e a sociedade promova uma ação pedagógica, assim todos possam discutir com clareza a dificuldade do aprendizado buscando envolver outros profissionais da área de ensino para garantir a inclusão desses alunos não alfabetizados na sala de aula, buscando formas de organizar e eliminar barreiras nesse processo de escolarização dos alunos.

Etimologicamente: o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar a aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo no processo seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição de competências em alfabetizar. Por isso podemos então acreditar por alfabetização, em seu sentido próprio e específico, como processo de aquisição de código de escrita, das habilidades de leitura e escrita. (SOARES, 2010, p.15).

A autora classifica três conceitos para alfabetização, o primeiro ela refere-se a alfabetização como “um processo de representação de fonemas e grafemas”, o segundo vê a alfabetização como “um processo de expressão/compreensão de significados” o terceiro acreditava-se “o conceito de alfabetização dependendo assim de características culturais” (Soares, 1984). Já nos (PCNs Brasil, 1997), a alfabetização, considerada em seu sentido restrito de aquisição da escrita alfabética, ocorre dentro de um processo mais amplo de aprendizagem da língua portuguesa. Esse enfoque coloca necessariamente um novo papel para o professor das séries

iniciais: o do professor de língua portuguesa.

Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como práticas sociais, que privilegia a visão de língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada a concepção de escrita como sistema ordenado pelas regras gramaticais, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar. (SOARES, 2006, p. 09).

Por tanto isso me esclarece que quanto a alfabetização está relacionada à forma, o letramento implica a utilização da língua socialmente, é evidente que desde das séries iniciais os aprendizes precisam adquirir a consciência da função social que a leitura e escrita exercem, para que possa facilitar a comunicação promovendo a compreensão do mundo e o acesso ao conhecimento, em relação aos o PCNs sugerem que o professor passe a ser considerado o mediador na construção social do conhecimento do aluno:

Cada aluno é sujeito do seu processo de aprendizagem, enquanto o professor é o mediador na interação dos alunos com os objetos de conhecimentos; o processo de aprendizagem compreende também a interação dos alunos entre si, essencial à socialização (BRASIL, 1997, p.61).

A nova concepção da função do docente surge com uma contraposição à postura que era preconizada pelos modelos teóricos tradicionais, onde os quais os professores eram concebidos como o centro no processo de ensino e de aprendizagem, em vez disso o foco agora está na criação de ambientes de aprendizado interativos onde estimulam a autonomia e o pensamento crítico dos alunos, facilitando as descobertas e colaborando para uma aprendizagem significativa, aplicando assim à prática do conhecimento, em vez de simplesmente transmiti-lo de forma unilateral.

O que acontece no primeiro ano da escola tem reflexos não apenas na alfabetização, mas na confiança baseada que cerca toda a escolaridade posterior. Além disso, é neste espaço que o aluno receberá o primeiro rótulo, que terá consequências no resto de sua escolaridade. (FERREIRO, 1992, p.23)

Observa-se que os três primeiros anos iniciais do ensino fundamental, não esgotam essas capacidades linguísticas e comunicativas, que se desenvolvem ao longo de todo o processo de escolarização e também das necessidades da vida social, porém elas são importantes e essencial na aprendizagem da língua escrita que vem concentrando-se os problemas localizados, não apenas na escolarização inicial, mas também em fracassos no percurso do aluno durante a sua escolarização, embora sabendo que a alfabetização é orientada pela Base nacional Comum Curricular (BNCC), o objetivo geral e refletir sobre os ditos.

É nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica ( dos fonemas de português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros

maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além de estabelecimento de relações grafo-fônicas entre esses dois sistemas de materialização de língua. (BRASIL, 2017, p. 89).

Percebe-se que a BNCC estabelece metas e objetivos para fins da melhoria da educação básica, no entanto ela antecipa a idade mínima para a conclusão da alfabetização, é homogeneizar o processo de aprendizagem que não ocorre de forma igual para todos, como já citado acima, cada indivíduo tem seu tempo para desenvolver o aprendizado. O professor tem o papel de alfabetizar a criança dentro de um contexto através de suas práticas de letramento, em meio a esse processo que o alfabetizador procura despertar no educando a curiosidade e o gosto pela leitura.

Materiais de uso sociais frequentes são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar. A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta. (BRASIL, 1997, p. 67).

Os PCN também priorizam as práticas pedagógicas com uso de vários recursos didáticos no processo de aprendizagem do aluno. Essas estratégias de ensino renovadas contribuem para a construção social do conhecimento da criança. É importante que o professor que leciona no campo em que tem a tarefa de alfabetizar letrando, busque mediar propostas educativas que estejam presentes no meio em que o aluno está inserido e valorize o contexto e a cultura da vida de cada um.

Em nosso país, o final do século XIX, especialmente com a Proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicando[...] A leitura e a escrita- que até então eram práticas culturais cuja aprendizagem se encontrava restrita a poucos e ocorria por meio de transmissão assistemática de seus rudimentos no âmbito privado do lar, ou de maneira menos informal, mas ainda precária, nas poucas “escolas” do Império (“aulas régias”)- tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga e gratuita e objeto de ensino e aprendizagem escolarizados. (MORTATTI, 2006, p.2).

A autora Mortatti, em sua conferência durante o seminário de “alfabetização e letramento em debate”, divide a história da educação no Brasil em quatro momentos, o primeiro é por volta de 1875, onde se iniciava o ensino de leitura com as chamadas de cartas abc, baseando-se em um método de marcha sintética, que consiste em soletrar, partindo dos nomes das letras e sons correspondentes às letras; das sílabas, emissão de sons partindo das sílabas.

No segundo momento se deu em 1890 com a criação do método analítico, de acordo com esse método, “o ensino da leitura deveria ser iniciado pelo “todo”, para depois proceder à análise de suas partes constituídas”.

Em seu terceiro momento que vai de 1930 a 1970, se instaura o “método analítico-sintético” o qual se alfabetizava através da decomposição das palavras em sílabas e

letras e com base vivencial. Dentro desse método o professor parte a mediar usando a socialização do texto com o ambiente, retirando palavras para decompô-la em sílabas; da frase formando textos, e decompondo novamente a palavra em sílabas.

Já no quarto momento que ocorreu a partir de 1980 quando se “introduziu-se no Brasil o pensamento da metodologia do construtivismo sobre a alfabetização” que defendia uma alfabetização contextualizada e significativa através da adaptação didática das práticas de leitura e escrita para a sala de aula. “O construtivismo se apresenta , não só como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando entre outros aspectos abandonarem as teorias e práticas tradicionais, no processo de alfabetização e questionar a necessidade das cartilhas” já que acreditava ser possível realizar a descoberta do princípio alfabético, no momento em que as crianças são expostas a situações-problemas em que são desafiados a criar hipóteses no sentido de refletir a sua escrita sem ensino explícito sobre o sistema.

#### **4. DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES PARA PROMOVER A INCLUSÃO DE ALUNOS, QUE CHEGAM AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL SEM ESTAR ALFABETIZADOS EM SALAS SUPERLOTADAS**

Tendo em vista as discussões até aqui, brevemente apresentadas está sendo um desafio lecionar para alunos do 5º do Ensino Fundamental, pois os além de salas superlotadas, acredita-se que os mesmos já eram para estar alfabéticos e letrados, entretanto não foi o que aconteceu, mas como é preciso ter uma ação consciente em relação a alfabetização desses alunos que já estão em um processo bem atrasado. A autora Soares (2016) ressalta que, até mesmo nos países desenvolvidos, onde os sistemas educacionais são em geral submetidos a padrões bem definidos de progressão de série para série, não deixa de ser discutível supor que o processo de escolarização é uniforme entre as escolas, igualando-se o que é certamente desigual: processos de escolarização, competências dos professores, potencialidades dos alunos, valores atribuídos pela comunidade ao letramento. Como observa Oxenham (1980, p.90)

[...] enquanto quatro anos de escolarização, em certas escolas de alguns países, podem habilitar a maioria dos alunos a tornar-se adequada e permanentemente letrada, o mesmo número de séries em outro lugar pode resultar simplesmente em permanência no analfabetismo.

É importante ressaltar essa discussão e a forma como ela vem sendo assistida a educação inclusiva de alunos 5º do Ensino Fundamental, vem sendo administrada em escolas, onde os alunos que ainda não estão alfabetizados na idade passa por um processo no qual sofre exclusão pois os demais colegas já estão bem adiantados, eos professores correm contra o tempo pois tem com compromisso uma jornada pedagógica para cumprir com os outros da mesma sala, e conseqüentemente entre que estar incluindo a demanda da superação não exclusão escolar.

[...] “muito mais do que mero direito a vaga e permanência, demanda a superação dos valores que segregam e banem o indivíduo no cotidiano de que experiência em que jamais consegue superar os limites do intolerável, do fracasso eminente” (SENNA, 2008, p.202).

Pensando nos problemas apresentados, isso claramente percebe-se que o fator que exerce a grande influência nesse processo quando aliado à superlotação das salas de aula: a heterogeneidade dos alunos e conseqüentemente a necessidade particular de

cada um, não estar se afirmando aqui que a heterogeneidade é um fator desfavorável para a aprendizagem ou para a sala de aula, o que se constata é que essa condição, aliada a superlotação, é o que dificulta a atuação docente e conseqüentemente a evolução do aluno que já está nesse atraso assim precisando estar nos processos de alfabetização e letramento.

Weisz (2009), destaca que os alunos precisam pôr em jogo tudo o que sabem e pensam sobre o conteúdo que se quer ensinar. Os alunos têm problemas a resolver e decisões a tomar em função do que se propõem produzir; A organização da tarefa pelo professor garante a máxima circulação de informação possível. O conteúdo trabalhando mantém suas características de objeto sociocultural real sem se transformar em objeto escolar vazio de significado social. WEISZ, (2009, p. 66).

Acreditamos então que o papel do mediador é promover situações que estimulem os docentes a adquirir conhecimentos, onde eles possam desempenhar diversas funções e desenvolvimento de habilidades autônomas e uma compreensão mais profunda a fim de facilitar e promover alfabetização possibilitando mais caminhos para o aprendizado.

O processo de aprendizagem não responde necessariamente ao processo de ensino, como tantos imaginam, ou seja, não existe um processo único de “ensino-aprendizagem”, como muitas vezes se diz, mais dois processos distintos, o de aprendizagem desenvolvida pelo aluno, o de ensino, pelo professor são dois processos que se comunicam, mas não se confundem: o sujeito do processo de ensino e o professor, enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno. (WEISZ, 2009, p. 65).

Em concordância com Weisz (2009), o ensino e aprendizagem devem dialogar entre si. Se o aluno aprende da maneira como o professor lhe ensina, não é o processo de aprendizagem que deve se ajustar ao processo de ensino, mas o processo de ensino é que deve se ajustar ao de aprendizagem.

[...] o que se propõe é que uma alfabetização bem-sucedida não depende de um método ou, genericamente, de métodos, mas é construída por aqueles/ aquelas que alfabetizam compreendendo os processos cognitivos e linguísticos do processo de aprendizagem da criança, identificam e interpretam dificuldades em que terão condições de intervir de forma adequada aqueles/aquelas que alfabetizam com método. (SOARES, 2019, p. 333-334).

Propiciar a alfabetização com mais caminhos possíveis, nos quais métodos dialogam entre si e as estratégias sejam mais do que nomenclaturas novas e promovam de fato uma alfabetização significativa, faz com que o ensino aconteça de forma natural e voluntária da parte dos alunos.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para iniciar essas considerações finais, se fez necessário retomar o objetivo geral da pesquisa desse estudo, em que buscou comprar com experiências pelas dimensões da inclusão de alunos não alfabetizados no 5º Ano do Ensino Fundamental, para assegurar o acesso e a permanência de condições na aprendizagem em um ambiente que seja respeitado e socializado, a intenção é demonstrar com o diálogo dos teóricos

e metodologias, documentos aqui citados que possam dialogar com flexibilidade a prática pedagógica na inclusão desses alunos que ainda não estão alfabetizados em tempo hábil.

Acreditamos então que o papel da educação é capacitar os cidadãos para que possa perceber a importância de estar alfabetizado e letrado na idade certa, e destacar o respeito por suas culturas linguísticas e conhecimentos prévios que ultrapassem além do espaço escolar, refletir então que a alfabetização acontece de diversas formas e com utilização de diferentes métodos e ensino. O professor precisa estar sempre aberto a propostas pedagógicas que envolvam o seu desenvolvimento na aprendizagem, e com as tecnologias sempre tem que estar fazendo cursos preparatórios para obter resultados na aprendizagem e no acolhimento de todos os alunos para continuar mediando os seus alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental- Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 2013. BRASIL. Ministério da Educação. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**. Brasília: 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a Alfabetização**. Tradução Honorato Gonzales (et. Al) 24. Ed. Atualizada- São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões da nossa época; v14).

MORTATTI, Maria do Rosario Longo. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. Brasília: Conferência proferida durante o seminário “Alfabetização e Letramento em debate”, promovido pela Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria da Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica, 2006.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2006\_. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. São Paulo: Contexto, 2020. 352.

SENNA, Luiz Antônio Gomes. **Formação docente e educação inclusiva**. Cadernos de pesquisa, v. 38, n. 133, p195-2019, jan./abr.2008.